





EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS RIOS DA AMAZÔNIA PARAENSE: UM DIÁLOGO COM PAULO FREIRE



EDUCATION OF ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN THE TRAINING OF TEACHERS FROM THE RIVERS OF THE PARÁ AMAZON: A DIALOGUE WITH PAULO FREIRE

Vilma Aparecida de Pinho  

Universidade Federal do Pará/UFPA

Léia Gonçalves de Freitas  

Universidade Federal do Pará/UFPA

Fernanda Brito dos Santos  

Universidade Federal do Pará/UFPA

Adelaine da Penha Batista  

Universidade Federal do Pará/UFPA

Resumo: O artigo objetiva analisar as contribuições do pensamento Freireano sobre a Educação Libertadora no âmbito da disciplina Educação das Relações Étnico-Raciais para a formação inicial de professores no território Transxingu e na região do Tocantins/UFPA/CUTINS, problematizando a questão: como os discentes dos rios da Amazônia¹ têm compreendido os ensinamentos Freireano sobre a Educação Libertadora e quais as relações desse embate para a prática docente? A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, tendo como fonte a produção de atividades coletivas dos acadêmicos e dos mestrados, durante a realização da disciplina, apontando que: os acadêmicos dialogam com referenciais específicos da disciplina triangulando o pensamento Freireano de modo a evidenciar diferentes compreensões sobre as situações de opressão sofrida pelos negros na sociedade brasileira ao apontar as diversidades que atravessam seus saberes e fazeres, seus corpo e modos de ser e estar no mundo.

Palavras-chave: Educação Libertadora; Educação Étnico-racial; Formação de professores.

Abstract: *The text aims to analyze the contributions of Freirean thought on Liberating Education within the scope of the subject Education of Ethnic-Racial Relations for the initial training of teachers in the Transxingu territory and in the region of Tocantins/UFPA/CUTINS, problematizing the question: how students of the Amazon rivers¹ have understood Freire's teachings on Liberating Education and what are the relations of this clash to teaching practice? The methodology used was documentary research, having as a source the production of collective activities of academics and master's students, during the course, pointing out that: academics dialogue with specific references of the discipline, triangulating Freire's thought in order to highlight different understandings about the situations of oppression suffered by blacks in Brazilian society by pointing out the diversities that cross their knowledge and actions, their bodies and ways of being in the world.*

Keywords: Liberating Education; Ethnic-Racial Education; Teacher training.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta reflexões sobre o pensamento de Paulo Freire tendo como universo empírico a disciplina Educação das Relações Étnico-Raciais. Essa disciplina é ministrada por nós a mais de dez anos na formação de professores nos Cursos de Licenciatura em Pedagogia e na Pós-graduação em Educação, assim como no Programa em Estudos em Etnodiversidade ambos da Universidade Federal do Pará. Articular os pensamentos de Paulo Freire com a Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER é ao mesmo tempo, desafiador e honroso, tanto do ponto de vista, ético, como epistemológico e político, tendo em vista que a noção de educação transformadora que praticamos na educação antirracista tem nas premissas desse filósofo da educação brasileira, seus fundamentos, em especial, o da educação libertadora.

Nosso conhecimento sobre educação libertadora, ou seja, transformativa da sociedade foi incorporado a partir de Paulo Freire. Lemos Pedagogia do Oprimido desde quando éramos professoras de Educação Básica, na década de 1990 e posteriormente, nos processos de formação a nível de doutoramento, buscando compreender a educação escolar como um processo que só vale, se ocorrer com intenções pedagógicas de transformação. Ou seja, de mudança não somente de mentalidades, mas de práticas e atitudes.

A proposta, utiliza como fonte de dados empíricos os princípios da Educação Libertadora conforme aprendemos com Paulo Freire, reflete sobre a formação de professores no âmbito da educação das relações étnico-raciais. Com a metodologia da triangulação entre pesquisa documental em manuscritos dos acadêmicos e mestrando na disciplina que ministramos em nível de graduação e pós-graduação. Nesse sentido, o objetivo do artigo é analisar as contribuições do pensamento Freireano sobre a Educação Libertadora no âmbito da disciplina Educação das Relações Étnico-Raciais para a formação de professores no território Transxingu e na região do Tocantins/UFPA/CUNTINS.

O público-alvo são discentes do curso de Licenciatura em Pedagogia, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira e da turma de Mestrado em Educação, Campus Universitário do Tocantins. Vale ressaltar que a temática que objetiva discutir a população brasileira e as relações raciais com vistas a compreender o racismo e as origens dos estereótipos raciais e seus efeitos na produção da desigualdade raciais se torna especialmente importante na formação de professores com vistas a construção da identidade docente considerando seus processos de pertencimentos, lutas pela vida e sentidos da vida intimamente ligados aos rios da Amazônia paraense. Por conta disto, vamos distinguir aqui os

rios onde vivem os sujeitos culturais que darão corpo a esta reflexão, também informar que a disciplina ocorreu no município de Porto de Moz o qual oferta os cursos de Pedagogia/PARFOR e Educação do Campo onde também pudemos realizar a experiência.

Os rios e comunidades que funcionam como berço cultural e sócio-histórico dos discentes são os seguintes: Rio Majari (baixo Xingu): Comunidade Seguidores de Cristo; Cristo Rei; Santa Luzia; Espírito Santo e São João Batista. Comunidades alto Xingu, (margem direita): Maripi: Comunidade São Tomé; Juquiri: Comunidade São Francisco; Rio Taperú: Comunidade São Raimundo; Rio Turu: Comunidade Sagrado Coração de Jesus; Rio Acaí: Comunidade Espírito Santo e Nossa Sra. Aparecida; Rio Maruá: Comunidade São João Batista; Sagrado Coração de Jesus e Monte Sinai; Rio Maxipanã: Comunidade São Pedro; Rio Taquanaquara: Comunidade São Sebastião.

A questão central que nos guia nesta reflexão é a seguinte: como os discentes têm compreendido os ensinamentos freireano sobre a Educação Libertadora e quais as relações desse embate para a prática docente no que se refere a educação das relações étnico-raciais? Como pesquisa documental, adotamos a concepção de Cellard (2008, p. 295) ao argumentar que o documento nos permite recontar a história de povos, grupos, indivíduos e conceitos (in)visibilizados no tempo/espço social, favorecendo a observação, a problematização e análise de fontes necessárias à maturação da pesquisa.

O documento escrito constitui uma fonte preciosa, pois reconstitui os vestígios das práticas humanas em determinada época. Ademais, é o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. Trata-se de um método eficiente que contribui para coleta de dados, porque elimina a presença, intervenção e ou interação do pesquisador com os sujeitos pesquisados, anulando assim qualquer forma de relacionamento, caracterizando-se “pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico” (Oliveira, 2007, p. 69).

Nesse tipo de pesquisa os documentos escritos e não escritos, ajudam a responder a problemática levantada a posteriori. São fontes usadas para consulta ou estudo que possa confirmar ou refutar nossas hipóteses, incluído aqui imagens, manuscritos, registros impressos e sonoros. Para essa pesquisa utilizamos 20 (vinte) manuscritos dos acadêmicos e mestrados classificados a partir de: relevância com os estudos freireano e a articulação da Educação Libertadora como mote para a transformação social, com base nos eixos temáticos: Raça, Currículo e Práxis Pedagógica; Escravidão na América Portuguesa; História da África;

Movimento Negro no Brasil Republicano; Política brasileira para a Educação Étnico-Raciais; Culinária Africana; Quilombos; Teoria Social e as Relações Raciais.

Esses manuscritos trazem referencial teórico e metodológico decolonial, apresentando reflexões acerca das finalidades da educação em sua forma mais ampla, propondo novos olhares para o ensino no campo das ciências humanas dando aos sujeitos um lugar de fala e de representação social. Essa classificação seguiu as orientações de Cellard (2008) quanto a origem documental, a saber: primários, quando as fontes são originais e o pesquisador tem um contato direto com os dados analisados. O importante neste ato é assegurar a autenticidade e a confiabilidade dos documentos, bem como sua qualidade. A procedência foi cuidadosamente verificada, assim como as intenções de seus autores, a natureza do texto, os conceitos chaves e a lógica interna da escrita.

A etapa que corresponde à análise também foi reelaborada a partir dos conhecimentos no contexto social e histórico, ou seja, do lugar de fala dos seus autores, pois compreendemos que os documentos não existem isoladamente, são resultados das vivências e experiências cotidiana dos sujeitos, bem como sua relação com a produção dos saberes existenciais, curriculares e profissionais, considerando esse momento como a reunião de todas as partes do documento – “elementos da problemática ou quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos chaves” (Cellard, 2008, p. 303) para que o pesquisador possa fazer suas inferências e interpretar os dados, buscando, dentre outras coisas, responder os questionamentos sobre a temática levantada.

Estruturalmente, o artigo propõe na primeira seção uma discussão sobre a educação libertadora como elemento epistêmico para as práticas docentes triangulares por dados empíricos e reflexões teóricas a partir do pensamento Freireano. Na segunda seção, analisamos os discursos formativos e os processos de diversidade atravessados pelos sujeitos em nós — narrativas de discentes dos rios da Amazônia paraense; por fim, apresentamos os resultados apontados na pesquisa.

EDUCAÇÃO LIBERTADORA: ELEMENTOS EPISTÊMICOS DE PAULO FREIRE NAS PRÁTICAS DOCENTES

Na obra "Pedagogia do oprimido" (1987), Paulo Freire transborda uma concepção de homem como sujeito criativo e com poder de transformação que transcende seu próprio tempo.

O homem com uma consciência crítica, que compreenda a vida a ponto de transformar sua realidade. Nessa concepção Paulo Freire (1987), filósofo da educação, difere o homem (*homo sapiens*) dos animais, qual seja, o poder de transformar o seu entorno, a sociedade e o mundo em que se habita. Esse suporte e poder de transformação é possível em um mundo significativo e simbólico culturalmente e histórico. Nas palavras de Freire (1987, p.89):

Mas, a transformação em Paulo Freire, não surge puramente do mundo das ideias, embora ela se fortaleça no exercício de pensar, a educação libertadora, que realmente transforma, se espalha do mundo reflexivo para o mundo da prática, da vida humana. Os sentidos de liberdade são cruciais na filosofia de Paulo Freire, tanto que ele retoma essa questão em diversas obras de sua autoria. Freire (1987) problematiza a opressão e a subserviência desconstruindo um ideário de estrutura dominante, propondo, portanto, uma educação libertadora, quando assinala diferentes estratégias de ensino, visando a desconstrução de uma educação eurocêntrica, por vezes camufladas por discursos antirracistas, contrariando práticas que revela invasões cultural e sociopolítica de uma sociedade de matriz dominante de uma classe sobre a outra

Na obra *Pedagogia da Autonomia* (1996), verificamos que ao discutir sobre as práticas docentes no exercício de aprender e ensinar, Paulo Freire (1996), afirma que a educação libertadora, só tem sentido se formar sujeitos na leitura crítica de sua realidade sócio-histórica. A educação libertadora, ao contrário da educação que domestica as mentes, criam nos sujeitos autonomia para pensar as suas realidades, assim, inferimos que na educação da população negra, a educação libertadora, cumpre seu papel no sentido de problematizar as vivências diárias de homens e mulheres que imersos em uma sociedade controladora, massificada que discrimina e violenta os “diferentes” lutam por garantia de direitos historicamente violados.

Especificamente, a educação libertadora constitui um paradoxo construído nas ciências modernas e nas orientações dos direitos humanos e sociais, pois quando se estuda o racismo como um sistema ocidental e estruturais de opressão, os modelos de liberdade passam pelo filtro da diferença e das diversidades e deixa de ser um modelo jurídico que se pauta num sujeito abstrato regulamentado por um estado de direito.

A educação para a liberdade em Paulo Freire não exime a opressão racial dos processos de violência que precisam ser emancipatórios, não só porque Paulo Freire trabalhou com uma *Pedagogia para libertação dos oprimidos* (e na sociedade brasileira grande maioria negros), mas porque analiticamente, só sabemos trabalhar o racismo como um processo de libertação porque

conhecemos nesse autor as epistemes que sustentam uma educação para a liberdade. Quer dizer, sem Paulo Freire nossas palavras não teriam ancoras tão bem sustentadas, pois a liberdade em uma sociedade antirracista, pressupõe o reconhecimento do racismo e a luta antirracista.

A opressão racial foi largamente discutida por Regina Pahim Pinto (1987) ao discutir a educação do negro, destaca que as escolas e as pesquisas que não tratam as questões do negro, carrega consigo um viés de opressão, pois silencia e invisibiliza as especificidades negras. Para nós, a educação se apresenta como um processo de humanização, que se pautam na valorização da diferença, na diversidade cultural, e de raça e gênero. Por ser uma categoria filosófica é importante para se pensar a formação de professores para trabalhar com a diferença étnico-racial que em sua manifestação racista significa uma violência racial.

Ao analisar nossas práticas de formação no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, Campus Universitário de Altamira - PA/UFPA e no Mestrado em Educação/UFPA, Campus Universitário de Cametá - PA, especificamente nas áreas de atuação: infância, criança e educação infantil e educação das relações étnico-raciais, fomos percebendo a necessidade da articulação teórica e prática das diversas dimensões quando o trato é construir identidades docentes plenamente conectados com as comunidades tradicionais onde vivemos, na Amazônia paraense. Tais questões é apontada pelos acadêmicos nos manuscritos acerca do eixo “Raça, currículo e práxis pedagógica”, sinalizando a necessidade de os professores no cotidiano da escola incluir estudos sobre a população negra, propondo reduzir a discriminação racial na educação (Manuscrito 1, 2022). A partir dessa perspectiva crítica, adentra-se nas teorias de raça, racismo, e antirracismo na educação.

Aprendemos com Paulo Freire que a educação crítica é aquela que visa fazer processos de transformação via conhecimentos da realidade. Nesse sentido, a educação é totalmente comprometida com processos analíticos, críticos de sociedade que se pautam numa dialética dos sujeitos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagens. Os conteúdos de ensino, que se realizam na relação dialógica professoras e alunas e alunos, segue um roteiro de conteúdos que preconiza a compreensão de currículo como identidade. Nesse sentido, a inclusão da disciplina “Educação, História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas” matriz curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia, ofertado pela Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário de Altamira, é resultado das demandas históricas apresentadas pelas populações negras e reivindicadas pelo Movimento Negro (MN).

Essa disciplina obrigatória, ofertada regularmente e com uma carga horária de 60 horas, traz em sua ementa conteúdos sobre História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas, populações negras da diáspora de África na modernidade, História do Negro no Brasil, aspectos específicos da construção do racismo brasileiro, construção do mito da democracia racial, projeção do racismo nos setores sociais brasileiros, sociologia do negro brasileiro e educação e diversidade étnico-racial (Projeto do Curso de Pedagogia, 2019).

Além disso, com ela, tem-se como objetivo de compreender conceitos e epistemologias a fim de fundamentar reflexões e práticas pedagógicas sobre a História e a Cultura da população negra brasileira (Projeto do Curso de Pedagogia, 2019), possibilitando um enfoque histórico sobre as relações raciais no Brasil, assim como sobre as manifestações e especificidades do racismo brasileiro, as teorias sociais sobre raça e racismo, as políticas de ação afirmativa para as populações negras, etc. Nesse sentido, a primeira unidade se refere à África. O objetivo foi a aproximação com as nossas ancestralidades, tendo em vista nossas raízes diaspóricas por meio da migração forçada na modernidade (Projeto do Curso de Pedagogia, 2019).

Sobre os países africanos, os manuscritos apontaram a necessidade de aprofundamento teórico e metodológico acerca dos aspectos gerais em termos de economia, política, religião, moeda, bandeira, localização geográfica no continente, culturas linguísticas e dentre outros (Manuscrito 6, 2019). Destarte, os países do continente africano enfrentam um processo de espoliação colonial de séculos e que o colonialismo do qual os países se tornaram independentes, de certa forma só mudou a cara, pois no fundo sabemos que muitas sociedades da África continuam enfrentando realidades de precárias condições de subsistência devido às explorações locais.

Outra questão apontada nos manuscritos acadêmicos refere-se à diversidade geográfica, cultural e sociopolítica, impondo-se como um desafio para a formação docente. Nesse sentido, no cotidiano acadêmico dos discentes altamirenses e cametaenses, diferentes crenças, costumes, línguas e histórias estão presentes nos embates teórico e metodológico. Buscamos explorar no processo formativo debates sobre notícias de sites que descrevem muitas informações depreciativas sobre a África, com ênfase na pobreza e nas doenças, a partir disso, vamos traçando reflexões considerando o extenso período colonial e os modelos econômicos que persistem por lá que segue a mesma política econômica global capitalista que explora populações e riquezas materiais até hoje desses territórios.

Problematizamos ainda, as diversidades e as complexidades que há nos países africanos, como é o caso da África do Sul, que por meio de pesquisas e estudos constataram que há onze línguas oficiais e três capitais, dos 51,7 milhões de sul-africanos, mais de 41 milhões são negros, 4,5 milhões são brancos, 4,6 milhões são de cor e cerca de 1,3 milhão são indianos ou asiáticos. Cerca de 51,3% são do sexo feminino e 48,7% do sexo masculino (Manuscrito 6, 2019). Ao estudar os países africanos realizam uma aproximação ao continente de onde vieram os negros da diáspora moderna que povoaram os diversos continentes com suas culturas e com suas forças de trabalho (Manuscrito 4, 2019).

Essas análises foram fundamentadas objetivando conhecer a história contada por uma perspectiva de reconhecimento do negro na construção de diversas sociedades, como a brasileira. Somos o país mais negro do mundo, por isto, a ideia de afro-brasileiro, significando que temos ancestralidades africanas que se formaram aqui no Brasil em contexto adverso de exploração humana. Porém, negros no Brasil são brasileiros por inteiro que enfrentam a discriminação e o preconceito racial diariamente. A questão racial é desenvolvida pelas concepções de raças em termos biológicos pelas ciências modernas na Europa, mas foi amplamente utilizada no Brasil pelos centros de saberes na primeira e segunda república. O racismo que se projeta no imaginário social brasileiro é antes de tudo científico, pois foi criado pelas ciências.

Todorov (1993) enfatiza que o racismo, ciências das raças humanas, utilizam as diferenças físicas para explicar as diferenças culturais, a partir de uma hierarquia de valores, no qual o branco europeu é colocado no topo da pirâmide com mais qualidades, estéticas e processos civilizatórios. Outras raças como os negros africanos, os indígenas vermelhos e os asiáticos amarelos eram destituídos de qualidades físicas, morais e intelectuais. Essa hierarquia se enraíza no pensamento social das diversas sociedades criadas sob o crivo de estados nações da era moderna. A maioria delas se estruturam da força do trabalho das pessoas escravizadas da África, mas os colocam em situação de inferioridade como seres humanos, eis que a própria teoria das raças já legitima um processo de colonização da Europa para "melhorar" as raças inferiores.

Nossas mentes adoecidas pelo racismo precisam pegar um caminho. Qual será o nosso rumo? Qual estrada vamos caminhar para enfrentar o problema racial? O racismo como experiência humana é de dor, violência e exclusão. E hoje, por mais que haja políticas de enfrentamento, essas ideologias permanecem fazendo efeitos. Quando lemos nas redes sociais

um ator negro dizer, com a fama o racismo diminui, mas a gente nunca deixa de estar num corpo negro (Lopes, 2023) significa que sua inscrição identitária ainda advém de conceitos e estereótipos raciais de inferioridade. Pois, o racismo é vivido antes de nosso nascimento, “o racismo é uma imposição cultural” ele consta no “inconsciente coletivo” conforme (Fanon, 1983, p.161).

Por tanto, antes mesmo de nossa geração por um útero de mulher negra, já se apresenta um fundamento racial que organiza o comportamento, os desejos, e a vida de quem se espera no ventre. Há algo de inconsciente coletivo e individual nas propostas de sociedade racista, na qual o negro rejeita sua negrura tão profundamente que incorpora o branco com seus critérios de branquidade na fala, nos modos de ser e estar no mundo. Quantas vezes registramos fotos ao lado de pessoas brancas para se fazer existir como ser humano de valor? Quantas vezes crianças negras na escola, querem estar ao lado de crianças brancas? O racismo nos faz sentir menores, com valor social de inferioridade em relação ao branco. Fanon identifica uma neurose na negrofobia do europeu, no qual o branco projeta no negro tudo aquilo de negativo da cultura.

Nas sociedades racistas, por tanto racializadas como a nossa, ser negro, pode levar o próprio negro a se enraivecer de si. Pois os atributos do racismo, os arquétipos da cultura racista, o faz aspirar ser branco Fanon (1983). As teorias de Paulo Freire que nos ajudam a desvendar esses processos na formação de professores colocam no centro a questão da consciência. Ou seja, os níveis de consciência dos sujeitos em formação devem ter aprofundamentos à medida que conhecem mais sobre a sociedade e seus processos históricos. Para Paulo Freire (2008) há três níveis de consciência: a ingênua, a transitiva e a crítica. A consciência ingênua é um processo de adaptação do homem à sociedade, ele conhece a sua sociedade e busca comprometimento, mas de uma maneira que não cause impacto com processos de transformação.

A consciência crítica decorre de um processo de conhecimento da realidade por meio de um saber que se fortalece com as experiências de vida, pensada e problematizada e é comprometida no sentido, que busca mudar, transformar essa dada realidade. Quando se pensa nesses conceitos de Paulo Freire articulados às relações raciais na formação de professores, coloca-se a questão do reconhecimento do racismo e de práticas transformadoras “[...] e busca, de que os homens se sentem sujeitos” (Freire, 1987, p.85).

Há uma prática de reconhecer o negro, suas histórias e culturas nos currículos de formação escolar que se ampara na ideia de consciência ingênua, que é quando se coloca o

conteúdo, ou um negro em status social como uma política de boa vizinhança, para dizer que não é racista – ele está ali, mas na verdade não está. O que há nessa trama social é uma máscara que pode cair a qualquer momento, pois não se sustenta, já que de fato não se busca a transformação das pessoas, da sociedade de verdade.

O verdadeiro antirracismo na concepção de Paulo Freire é aquele que parte para o sangramento, que se esgarça na ferida do nosso racismo e coloca na perspectiva da transformação mais profunda de cada sujeito envolvido. É preciso reconhecer que somos racista e estamos aprendendo e tentando mudar todos os dias. Isto pode abrir brechas para transformação, pois os sujeitos envolvidos se colocam na abertura para a qual todos estamos passíveis de mudar alguma concepção, alguma prática.

A ideia de ter pronto, por si só, já é perigoso, pois ao se tratar de racismo e transformação social, a primeira questão é sobre nós. Trata-se de questionar sua própria história, vida e concepções e se colocar na estrada a caminho das próprias transformações humanas e sociais.

PROCESSOS DE DIVERSIDADES ATRAVESSADOS A NÓS SOB A ÓTICA DOS ACADÊMICOS E MESTRANDOS DOS RIOS DA AMAZÔNIA PARAENSE

É preciso reconhecer a diversidade de povos e culturas brasileiras, no território Transxingu e região do Tocantins, pois as comunidades têm especificidades em muitos aspectos como nos modos de falar, suas crenças, valores, religiões. O fato é que os discentes das águas vivenciam processos de diversidade que atravessam seus saberes e fazeres cotidianos. São expressões socioculturais manifestadas nos hábitos alimentares, vestuário, música, dança e tantas outras que dialogam com a educação de homens e mulheres em proximidade com os rios. Segundo Santos (2005 p. 230), não podemos generalizar, seja nos estudos do continente africano, tampouco o brasileiro, pois

Os negros e negras devem ser vistos como parte deste país, que se constituiu a partir da junção do contraditório, das violências e agressões, presente na tomada das terras dos indígenas, trabalho forçado dos escravos, dentre outras questões. Mas este é o país dos brasileiros, que se constitui em um só povo, apesar das inúmeras contradições existentes nesta sociedade.

Não se trata de estudar as populações negras para isolá-las, mas para discutir que junto com outros povos, inclusive os indígenas, construíram este país, e nos fez sujeitos ontológicos existenciais por nossas linhagens de parentescos e ancestralidades. Não somos africanos, mas

somos descendentes e isto, se fez pela história e pela cultura, sendo importante estudar a história dos negros no Brasil pelo seu protagonismo em diversas tensões e dialéticas que se conjugam na sociedade em que vivemos hoje.

O atlântico negro como metáfora da diáspora moderna prova que as pessoas escravizadas e arrancadas do continente africanos traz no seu corpo um acervo cultural que eram ressignificado no adverso contexto da escravidão nos países colônias. Então, nossos valores, gostos, crenças e modos de pensar e organizar a vida, traz esses sentidos e significados de nossos ancestrais africanos escravizados trazidos para o Brasil.

Busca-se, problematizar a questão racismo, que gera violência e desigualdades com conteúdos escolares que construam pensamentos sobre o negro como gente, pessoa com história, memória e lutas. A educação antirracista problematiza o racismo, o preconceito racial, a discriminação racial e outras violências raciais.

A Resolução CNE/CP Nº 1/2004 – que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições brasileiras de ensino, em especial, aquelas que oferecem formação inicial e continuada de professores/as – se constitui como um importante aporte jurídico, dando bases legais para a oferta de uma formação antirracista, a qual prepara e qualifica educadores/as para uma prática pedagógica não somente emancipadora, mas libertadora, quando se inibe o “eurocentrismo”.

É importante compreender como o racismo científico se enraíza nas culturas da sociedade funcionando como força ideológica que orientam os comportamentos racistas. Esse é o objetivo de se discutir o texto "Raça e nacionalidade" de acordo Thomas Skidmore (1976) formam um arcabouço de pensamento que se configura no imaginário social brasileiro sobre raça, tendo em vista a grande utilização das teorias racialistas para pensar a sociedade brasileira no contexto da formação da nação brasileira.

Veiga (2022) afirma, nesse período se consolida um imaginário denominado a "estética da falta" como experiência que se enraíza nas políticas e no imaginário pela falta (carência) de inteligência, cultura, civilização, moral atribuídos aos negros e indígenas na América Latina em geral e, em especial no Brasil. Os sentidos pejorativos e os estereótipos raciais na primeira república se acentuam com a finalidade de perseguir uma branquidade europeia. Essa política de branqueamento abrange todos os setores da sociedade, em especial, nas políticas de imigração, alocação das populações em postos de trabalhos mais aviltantes, e, especial na

literatura e nos livros didáticos que floresciam imagens e histórias estereotipadas dos negros indígenas. Essas raças consideradas inferiores deveriam ser banidas da sociedade. Essa era a pretensão euro-caucasiana.

O racismo, nesse contexto, se enraíza nas ações, e nos diversos objetos e forças estruturais ideológicas e materiais da sociedade. O negro é transformado num sem lugar social, cultural, histórico. O apontamento racista coloca a figura-imagem dos negros somente como "objeto de escravidão" não havia a denominação cultural e histórica dos negros como seres humanos dotados de cultura, história e tradições civilizatórios. Houve uma diminuição, invisibilização do seu protagonismo neste país como pessoas que criaram as produções e os produtos que deram sustentabilidade social ao Brasil desde a colônia. Os conceitos de raça, racismo, preconceito e discriminação racial são discutidos a partir da compreensão dos efeitos de exclusões e violências que tem por base a questão racial. A raça-cor no Brasil é uma categoria de autodeclaração, mas também de pertencimentos, portanto, trata-se de uma construção social.

Nesse sentido, significa um campo de estudos, o qual, em que pese toda a importância dos termos biológicos de raça no nosso imaginário, este não tem validade no plano das ciências sociais, pois, biologicamente, não existem raças humanas, mas tem peso nas relações raciais, por isto, no âmbito das teorias sociais são imprescindíveis para os estudos da discriminação racial, do racismo e dos seus efeitos tanto na população negra como na branca. Há consequências na vida das pessoas, que podem tanto, levar para um patamar de inferioridade social como é o funcionamento do racismo para o negro, como para um patamar de superioridade como é o conceito de branquitude para o branco que permanece no lugar de privilegiado das relações raciais (Manuscrito 10, 2018).

O racismo no Brasil funciona a partir da marca, ou seja, colocam-se em jogo as características fenotípicas das pessoas para fazer os julgamentos e hierarquias racistas. Nesse sentido, quanto mais próximo das características negróides, mais passíveis são essas pessoas de sofrer preconceitos raciais. Esse sentido racial no Brasil foi classificado como "ameno", "sutil", "disfarçado", "cordial", mas sabemos com Carlos Hasenbalg (2005) que ele produz efeitos tão nefastos quanto o racismo declarado e aberto como de outros sistemas racistas como o apartheid e a segregação racial (USA).

Além dessas formas racistas interpessoais, há o racismo intercontinental que coloca em posição de subalternidade, podendo ser passíveis de exploração, os países do continente africano e outros que estão na linha de exploração capitalista. O racismo colonial, que

escravizou nossos ancestrais, tem continuidades nas sociedades contemporâneas por modos de exploração do trabalho e dos bens materiais dos territórios desses grupos humanos, assim como por processos de preterição dos negros nas relações sociais.

O racismo tem sido considerado um dos principais problemas enfrentados pela sociedade em vários ambientes como nas ruas, no ambiente de trabalho, no ambiente escolar. Ele tem se manifestado de forma velada através de falas, brincadeiras, apelidos, piadas, atos pejorativos, o que faz com que haja violência, exclusão, preconceito racial, desigualdade social, dentre outros (Manuscrito 3, 2023).

Essas classificações raciais, vem sendo discutido com os acadêmicos e mestrandos da UFPA, nesses últimos dez anos, como demonstramos no quadro 1 extraído do Manuscrito 3 (2023), que evidencia a constituição teórica e metodológica dos embates ocorridos durante a disciplina de Educação e Relações Étnico-Raciais. O diálogo com os referenciais mais apontados pelos acadêmicos constitui-se em *corpus* analítico triangulado com o pensamento freireano.

Quadro 1: textos discutidos com os acadêmicos no ano de 2023, no manuscrito 3

<p>ETNICIDADE, RAÇA E RACISMO: CATEGORIAS DE BASE</p> <p>Trata das bases conceituais que definem as experiências raciais e étnicas no Brasil</p>	<p>VILLAR, Diego. “Uma abordagem crítica do conceito de “etnicidade” na obra de Fredrik Barth. In: <i>Mana</i> 10(1):165-192, 2004.</p> <p>FANON, Frantz. <i>Pele negra, máscaras brancas</i>. Rio de Janeiro. Faisne. 1983.</p> <p>HALL, Stuart. “Que ‘negro’ e esse na cultura negra”. In <i>Da diáspora</i>. Identidades e mediações culturais. Liv Sovik (org.) Tradução RESENDE A. La. G. at. all. Belo Horizonte, Brasília: Editora UFMG, UNESCO/Brasil, 2003.</p>
<p>A CONSTRUÇÃO SÓCIOHISTÓRICA DO RACISMO</p> <p>Estuda sobre raça e racialismo; diferença e concepções raciais no Brasil, o branqueamento e a miscigenação; as ideologias das relações raciais no Brasil.</p>	<p>SKIDMORE, Thomas. <i>Pedro no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro</i>. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. <i>O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil-1870-1930</i>. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.</p> <p>GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. “Preconceito de cor e racismo no Brasil” In: <i>Revista de Antropologia</i>, São Paulo, USP, 2004, V. 47 N° 1.</p>

<p>O NEGRO: CULTURA e SOCIEDADE</p> <p>A diáspora afro-brasileira, negro no Brasil, Sociologia das relações étnico-raciais.</p>	<p>ORTIZ, Renato. “Imagens do Brasil”. In <i>Revista Sociedade e Estado</i> - Volume 28 Número 3 setembros/Dezembro 2013.</p> <p>FOLTRAN, Paula Juliana. “Capoeira é pra homem, menino e mulher”: angoleiras entre a colonialidade e a descolonização. In <i>Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana</i> Ano X, N. ° XIX, agosto/2017.</p> <p>LEITE, Ilka Boaventura. “Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?” In <i>Horizontes Antropológicos</i>. Porto Alegre, Ano 5, n. 10, p. 123-149, maio 1999.</p>
<p>EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA</p> <p>Educação e Políticas contemporâneas para a diversidade étnico-racial no Brasil.</p>	<p>PINTO, Regina Pahin. A educação do negro. Uma revisão de bibliografia. Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, agosto de 1987.</p> <p>OLIVEIRA, Iolanda de. SACRAMENTO, Mônica Pereira do. Raça, currículo e práxis pedagógicas: relações raciais e educação – o diálogo teoria/prática na formação de profissionais do magistério. In. Cadernos PENESB. Especial ERER – Periódico do programa de educação do negro na sociedade brasileira n. 12. FEUFF, Niterói: ALTERNATIVA/EdUFF, 2010.</p> <p>ALMEIDA, Alessandra; RUSSO, Kelly. “Ialorixá e educação: discutindo o ensino religioso nas escolas”. In <i>Cadernos de pesquisa</i>. V. 46, n. 160, p. 466-483, abr./jun. 2016</p> <p>DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. <i>Rev. Bras. Educ.</i>, Rio de Janeiro, n. ° 29, p. 164-176, Aug. 2005.</p>

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Nessa seleção, consideramos os autores e autoras que têm fundamentado a ação docente na UFPA, além de outros que tem contribuído nas abordagens referente a situação do negro na sociedade e as culturas produzidas na diáspora moderna. Compreendemos a partir disso que as contribuições do negro na colonização do Brasil são significativas por suas criações alimentares, religiosas, danças, moradias, organizações solidárias e políticas. Para Freire (1987) para além desses apontamentos, a contribuição é epistemológica, pois trata-se de superar o pensar ingênuo, para quem a história é um peso, experiências do passado, para o pensar crítico que vê a transformação da realidade permanente, possibilitando a humanização e a libertação dos homens. Nesse entendimento, constatamos que a ideia de diáspora como uma cultura política negra pelo mundo na modernidade, pode ser revivida, reativada em nós a quaisquer momentos com experiências sensíveis e educativas do nosso cotidiano.

Queremos crer que nossos atos de ensinar e aprender sobre o negro e suas resistências no âmbito da cultura e da história africana e afro-brasileiro, se insere no conceito de afrocêntricos de Molefi Kete Asante citado por Paul Gilroy (2001, p. 353), para quem a afrocentricidade é “um descobrimento de eu verdadeiro da pessoa, é a identificação do seu centro e é a clareza e o foco por meio dos quais os negros devem ver o mundo a fim de ascender”.

Nos colocamos no contexto dos ensinamentos e aprendizagens, como sujeitos raciais, ou seja, com um conhecimento comprometido e interessado em derrubar os ditames eurocêntricos, coloniais que diminui ou apaga a nossa história e nossa cultura. Nesse sentido, estamos criando a condição humana pela educação, uma consciência inteligente e racial negra, que reconhece e valoriza sua própria história. Os processos de identificação com as culturas trazidas pelos nossos ancestrais se encaminham por um processo de experiências de planejamento, metodologia e conteúdos escolares que se apresenta no cotidiano de homens e mulheres paraenses que em meio a feitura e degustação da cultura regional se familiariza com danças, músicas, vestimentas e gostos alimentares e os produzidos pela negros no Brasil, conforme se observado no Manuscrito 2 (2023, p. 2):

De todas as comidas descritas no livro, as que eu mais me identifiquei, foi o Dengue e o Eguédé, degusto com frequência só que feitas de uma forma mais brasileira com o nosso próprio jeito de preparo, o dengue por exemplo, nós chamamos de munguzar, na minha família preparamos da seguinte forma: Colocamos o milho branco de molho, passados horas retiramos, lavamos bem e colocamos para cozinhar com bem água e um pouco de sal, amolecido adicionamos bem leite, as vezes de vaca ou de coco e açúcar, se ficar ralo, acrescentamos o arroz amolecido e passado em peneira para engrossar o mingau, às vezes até colocamos leite condensado e creme de leite para ficar mais cremoso. Já o Eguédé, associo como a banana grande amarela, que gosto muito de comer frita, fritamos a banana cortada em fatias, no óleo bem quente, retiramos e depois passamos no açúcar, fica uma delícia também.

Compreendemos com Munanga (1988) que o trilhar das negritudes na formação começa por processos de identificação com as culturas trazidas pelos nossos ancestrais negros da diáspora, a ideia é criar conhecimentos, negociar com a juventude do mundo colonial, e recriar outras narrativas que colocam no centro uma equidade humana. Nesse sentido, TODAS NÓS – PESSOAS HUMANAS UNIVERSAIS - estamos lidando com as nossas africanidades. A ideia de diáspora como uma cultura política negra pelo mundo na modernidade, pode ser revivida, reativada em nós a quaisquer momentos com experiências sensíveis e educativas do

nosso cotidiano como a dança, o jogo, as ginásticas, a música, as comidas/alimentações, o esporte. Como observamos pelo gosto alimentar um processo cultural simbólico que implica com a história, a sociedade e a relação do homem com a natureza. Nesse processo de ensino e aprendizagens que se pretende Freiriano, a comida, ou os hábitos alimentares, se constituem modos de lidar com nossas africanidades.

O Ecurú é uma comida típica da culinária Africana e consiste no preparo do feijão fradinho, colocando pequena quantidade em folha de bananeira, à maneira do acaçá, e cozinha-se em banho-maria, isto é, uma técnica de cozimento à vapor produzido no interior da panela que por vez está dentro de outra panela com uma porção de água ligeiramente fervente. Depois de pronta, a massa é diluída em mel de abelhas ou num pouco de azeite de cheiro com sal. Essa receita me reporta a minha comunidade de pertence, onde praticamos com frequência o beiju feito na folha da bananeira. Também se destaca o preparo da pamonha a base da polpa do milho. Essa pesquisa em relação a culinária Africana nos proporciona uma análise profunda e de caráter qualitativo quanto ao vasto degustam-te cardápio de uma região de culturas semelhante à nossas. Particularmente nunca vi pessoalmente este prato (Ecurú), porém, posso dizer que deu água na boca e na primeira oportunidade irei fazer uma porção deste, se vai dar certo eu não sei! Mas sei que fiquei muito empolgado com a pesquisa que fiz. (Manuscrito, 26, 2023).

Não se trata de um simples ato (da consciência ingênua) de se conectar com África nos termos que Paul Gilroy (2001) nos ensina sobre "africologia" que se distingue pela ausência de afirmação de África como território de cultura. Essa perspectiva é totalmente rejeitada por nós, pois temos o interesse de reverter o olhar para uma perspectiva cultural política negra que coloca no centro, a África, assevera as discentes nos Manuscritos 2 (2023) e o Manuscritos 12 (2023), respectivamente:

Segundo o meu entendimento sobre a arte culinária na Bahia, e afro-brasileira, pude perceber que o carurú, ecurú, xim-xim, feijão de azeite, ebó, latipá, massa, ipétê, adô, eguidé e o eran, patêrê, são comidas que o ingrediente que não pode faltar é o azeite de dendê ou azeite de cheiro. E o elún-oguedê, dengué, aberem, olobó, aluá, bolas de inhame e bobó de inhame já não levam o azeite de cheiro. Comparando com a nossa culinária é bem como se fosse a farinha de mandioca, legumes cozidos como quiabo, batatas e inhame que não podem faltar no nosso cardápio (Manuscrito 2, 2023, p. 3).

Ipétê - o inhame descascado, cortado miúdo, fervido até perder a consistência, e temperado com azeite de cheiro, Camarões, cebola e pimenta, estes últimos ralados na pedra. Esses tipos de comida não são muito diferentes das comidas de hoje, só a maneira de como são preparados que fazem a diferença de seus

sabores. Minha alimentação, assim que vejo minha ligação com os ancestrais vindos da África (Manuscrito, 12, 2023, p. 1).

Nesses termos, podemos considerar que a história contada pela diáspora, que coloca em ênfase as temporalidades modernas na qual os negros africanos são deslocados pelos mundos afora com suas sensibilidades e riquezas culturais, podem ser vividos por um corpo-carne diaspórico de hoje, pois pela experiência sensível do conhecimento lido, discutido, da alimentação preparada e degustada, esses sujeitos abrem uma consciência histórica que toca em suas raízes, suas origens com atos de colhimento de si na sua complexidade sócio-histórica.

Conhecer sobre a cultura e a história dos africanos do Brasil é criar alimento psíquico para uma identidade que tem origens na luta pela vida, ainda que em processos do horror da escravidão moderna. Gilroy (2001) defende que a experiência da escravidão não deve ser esquecida e nem substituída por uma perspectiva romântica, mas deve-se considerar os processos culturais negros criados e recriados nesses contextos. Esses conteúdos são profundamente libertadores nos termos que Paulo Freire nos ensina, tendo em vista que pavimentam as mentalidades oprimidas pelo racismo com uma narrativa histórica e filosófica de suas origens como ser humano dotado de inteligência e cultura.

Por conta disso, ao destacar uma cultura política negra, que tem suas origens na diáspora moderna africana, temos de protagonizar processos de ensino e aprendizagem que enaltecem um entrelaçamento de saberes e conhecimentos que nos fizeram perceber como um coletivo negro. É nesse sentido que a "cultura política negra" se torna corpo e vida.

A África está mexendo com meus sentimentos. Tem muitas situações que é impossível não se colocar no lugar dessas pessoas e sentir as mesmas coisas. Eu sou dessas que viajo na leitura, principalmente quando é algo muito importante. Eu me vejo na África, e acabo sentindo esse aperto no coração. Zimbábue é um país em que a situação da saúde é de cortar o coração. O país é muito rico em cultura, mas muito pobre economicamente devido à colonização (Manuscrito 8, 2023, p.1).

No contexto da formação de professores para educação das relações étnico-raciais, as experiências narradas nos colocam em comunhão, ou seja, em conexão com o que há de comum dentro dessas diversidades culturais que se forjam em contextos sociais quase sempre de adversidades. Há, então, sentidos e significados que possibilitam reflexões sobre os sistemas e mecanismos históricos de opressão, e há os sentidos simbólicos que expressam os modos de

vida muito particulares dessas comunidades das águas amazônicas paraenses que estão conectadas com África em suas origens.

Na região amazônica paraense é preciso considerar que a pedagogia das águas foi a denominação encontrada por nós para entrelaçar as culturas alimentares com identidade e condição socio-racial e formação docente. Neste caso, os professores em formação fizeram um processo de vivência, ou seja, de experiência carnal/corpóreo de alimentação coletiva, que possibilitou refletir sobre as condições de vida das crianças das águas do Xingu; suas histórias, suas famílias em lutas pela sobrevivência; e seus processos de identidades como sujeitos históricos de uma dada sociedade.

Os rios que compreendem caminhos que habitam a estrada que transporta, a casa onde se vive e retira os alimentos para a vida, constituem os sentidos simbólicos e materiais na construção de si, mas ao agregar com a construção histórica das comunidades, mais a história, e identidades e as noções de direitos e cidadania se apresenta como estratégias de ensino para se problematizar o pensamento freireano em triangulação com outros referenciais teórico e metodológico para se discutir a educação para as relações étnico-raciais de forma mais ampliada possível, articulando fundamentos dos estudos raciais e educação libertadora como, implicando no reconhecimento do sujeito como responsável pela sua libertação. “A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica” (Freire, 1987, p.6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as contribuições do pensamento freireano sobre a educação libertadora no âmbito da disciplina “Educação das Relações Étnico-Raciais” para a formação inicial de professores na Amazônia paraense foi desafiador, pois dialogamos não somente com a ciência mais dura dessa formação, mas com referenciais teóricos, metodológicos e empíricos que evidenciam uma diversidade étnico-racial demarcada pelos modos de vida, gostos alimentares, cultura e modos de ser e de estar diferenciado, significando que o embate tecido nessas relações podem ter compreensões para além do que é planejado no currículo acadêmico.

São elucubrações que exigem sensibilidade e empatia com uma proposta de educação decolonial capaz de subsidiar ações e práticas pedagógicas atravessadas por escolhas

homogêneas e antirracista que nega a constituição heterogênea da sociedade. É preciso denunciar a exclusão e a omissão da educação brasileira para o trato da diversidade, não reconhecendo a importância da educação das relações étnico-raciais.

A crítica se volta para a formação inicial porque, por vezes, a discussão é abordada por poucos professores e professoras negras universitárias que ousam materializar o que prevê a Resolução CNE/CP N° 1/2004. São ausências que limitam práticas e discursos que universalizam a temática no âmbito dos cursos de formação docente colaborando para a superação da relação opressor-oprimido. Nesse sentido, a base teórica fundamentada no pensamento freireano nos permitiu vislumbrar uma educação voltada para a libertação como um ato político, de modo que haja a percepção de que não há uma educação neutra quando se tem relações antirracista na sociedade.

Dito de outra maneira, precisamos repensar a formação dos professores em virtude de uma prática pedagógica libertadora que reflita sobre as transformações sociais, problematizando discursos conservadores. Trata-se de mudanças de atitudes e de paradigmas científicos que desperte a curiosidade e a criticidade, tal como pontuado no pensamento freireano, além da proposição de novas aprendizagens consciente, libertadora, democrática, política e crítica.

De modo mais específico, pontuamos que os discentes de Pedagogia e os mestrados abordaram em seus manuscritos que a UFPA já vem abordando a temática étnico-racial nos referenciais teórico, metodológico e nas práticas pedagógicas na formação inicial dos professores; igualmente, vem despertando o interesse dos acadêmicos em pesquisar e realizar estudos nesse campo de conhecimento. Também, perceberam a necessidade de pesquisar mais sobre as políticas voltadas para a educação do negro. Com isto, inferimos que os alunos dialogam de maneira triangular tanto com os referenciais específicos da disciplina, quanto com o pensamento freireano, já que consegue analisar as diferentes situações de opressão sofrida pelos negros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em: <Anexo F5_RESOLUÇÃO CNECP 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004.pdf>. Acesso: 20 de março de 2025.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295 – 316.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Adriano Caldas. Rio de Janeiro: Editora Fator, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

GILROY, Paul. **O atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Tradução de Patrik Burglin. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, Iolanda de; SACRAMENTO, Mônica Pereira faz. Raça, currículo e práxis pedagógicas: relações raciais e educação – o diálogo teoria/prática na formação de profissionais do magistério. In: **Caderno PENESB: Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF**. Rio de Janeiro: Ed. Alternativa, n. 12, 2010. P. 259 – 320. Disponível em: <Educação-e-Relações-Raciais-vol.1-1.pdf>. Acesso: 28/08/2025.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PINTO, Regina Pahim. Raça negra e educação. **Cadernos de Pesquisa: A educação do negro: uma revisão da bibliografia**. São Paulo, n. 62, nov. 1987. Disponível em: <A educação do negro: uma revisão da bibliografia. Cadernos de Pesquisa>. Acesso: 25 de fevereiro de 2025.

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia (2011; 2019). **Faculdade de Educação/UFPA**. Altamira, 2019.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei n.º 10639/2003 como fruto da luta antirracista do movimento negro. In: BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/2003**. Brasília: SECAD, 2005.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

VEIGA, Cynthia Greive. **Subalternidade e opressão sociorracial**: questões para a historiografia da educação latino-americana. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

Websites com autoria pessoal:

PORTAL 1. Isaque Lopes: o escritor que ensinou o Brasil a rir de si mesmo. Portal R1: São Paulo, 30 ago. 2025. Disponível em: <Isaque Lopes, de "Vai na Fé", desabafa sobre racismo/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

Dados da pesquisa:

MANUSCRITO 1. **Trabalho coletivo acerca do tema Raça, Currículo e Práxis Pedagógica**. Altamira, 2022.

MANUSCRITO 2. **Trabalho coletivo acerca do tema Ecurú**. Altamira, 2022.

MANUSCRITO 3. **Trabalho coletivo acerca do tema Movimento Negro no Brasil Republicano**. Altamira, 2023.

MANUSCRITO 4. **Trabalho coletivo acerca do tema Raça, Currículo e Práxis Pedagógica**. Altamira, 2019.

MANUSCRITO 6. **Trabalho coletivo acerca do tema História da África**. Altamira, 2023.

MANUSCRITO 8. **Trabalho coletivo acerca do tema História da África**. Altamira, 2023.

MANUSCRITO 10. **Trabalho coletivo acerca do tema Teoria e Relações Raciais no Brasil contemporâneo**. Altamira, 2018.

Submissão em: 18/03/2025.

Aprovação em: 11/02/2026